

**1. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O STAL:**

Da **Vereadora Olga Pereira**, submetendo à apreciação do Executivo a minuta de Acordo entre o Município de Braga e o STAL, que se anexa.



BRAGA  
Município

A ... do ...

2003 06

[Handwritten signature]

### Proposta para celebração de Acordo 40h

Na sequência da interposição de uma ação judicial intentada pelo STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional contra o Município de Braga pedido a declaração de nulidade – e, subsidiariamente, a anulabilidade – do Despacho nº 1/2014 do Presidente da Câmara Municipal de Braga que decretou a realização de 40h de trabalho semanais, foi o Município de Braga condenado ao pagamento das horas de trabalho a mais (em relação às 35h de período normal de trabalho) no período de tempo compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 30 de junho de 2016 e sem prejuízo de se ter tratado do desrespeito de um ato formal por parte dos serviços totalmente alheio a qualquer orientação de natureza política dos seus dirigentes;

Cumpre, assim, assumir em pleno a responsabilidade inerente, ressarcindo de forma justa e equitativa todos os colaboradores, como tem sido apanágio da política de recursos humanos que vem sendo prosseguida de há quase sete anos a esta parte;

Na petição inicial que deu origem aos presentes autos, o STAL identificou os trabalhadores ao serviço do Município de Braga por si representados, através de uma listagem que juntou como documento àquele articulado.

Não se oferecem dúvidas de que, como consequência direta e necessária desta decisão judicial, serão apenas beneficiados os trabalhadores que se encontravam representados pelo STAL e que estavam identificados na relação junta aos mencionados autos.

Na verdade, o STAL – enquanto estrutura representativa de trabalhadores da Administração Local – apenas tem legitimidade para litigar em nome e representação dos seus associados.

Considerando, não obstante que, por um lado, o conteúdo daquela decisão judicial pode vir a aproveitar a outros trabalhadores municipais, embora não por efeito direto e imediato da mesma, mas como fundamento de uma ação que cada um destes venha a desencadear e propor,

[Handwritten signature]

mas que, por outro lado, a Câmara Municipal – face ao conteúdo daquela decisão judicial – não está impedida de aplicar o seu conteúdo à globalidade dos seus trabalhadores, o que, por motivos de equidade e igualdade de tratamento, aqui se propõe, submete-se à apreciação do Executivo a outorga da minuta de Acordo entre o Município de Braga e o STAL que agora se anexa e que prevê, designadamente, o pagamento faseado das quantias em causa e, bem assim, a possibilidade de fruição por opção de dias de férias, no todo ou em parte.

Braga, 5 de março de 2020

A Vereadora,



## ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O STAL

**PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa colectiva de direito público, titular do NIPC 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, neste acto representada pelo seu Presidente, Sr. Dr. Ricardo Rio; -----

**SEGUNDO OUTORGANTE: STAL - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS**, pessoa colectiva titular do NIPC 500 912 742, com sede na Rua D. Luís I, n.º 20 F, 1249-126 Lisboa e Direcção Regional na Travessa do Caires, n.º 24, 2.º andar, 4700-208 Braga, neste acto representada pelo seu Presidente,  
e pelo seu Tesoureiro,  
-----

--- É livremente e de boa-fé que as partes outorgantes decidem celebrar o seguinte acordo: -----

1.º - Na sequência da decisão proferida no âmbito do **processo n.º 273/14.1BEBRG**, o Município de Braga obriga-se a proceder ao pagamento a todos os seus trabalhadores das horas a mais prestadas pelos mesmos (diferença entre as 7 e as 8 horas diárias e as 35 e as 40 horas semanais) no período de tempo compreendido entre 01-01-2014 até 30-06-2016; -----

2.º - No universo dos Trabalhadores abrangidos incluem-se os seguintes: ---

Todos os trabalhadores que estivessem em desempenho de funções no Município de Braga no período referido no ponto 1, ainda que, por aposentação ou outra causa de caducidade do vínculo de emprego público ou do contrato de trabalho, atualmente já não o estejam”. -----

3.º - O pagamento a ser feito pelo Município de Braga, referido em 1.º supra, será feito para a conta bancária de cada um dos Trabalhadores, do seguinte modo: -----

3.1 - No mês de Setembro do corrente ano de 2020, o Município de Braga pagará aos Trabalhadores o valor de horas a mais prestadas durante o ano de 2016; -----

3.2 - No mês de Setembro do ano de 2021, o Município de Braga pagará aos Trabalhadores o valor de horas a mais prestadas durante o ano de 2014; e --

3.3 - No mês de Setembro do ano de 2022, o Município de Braga pagará aos Trabalhadores o valor de horas a mais prestadas durante o ano de 2015. ----

4.º - O Município de Braga obriga-se a proceder ao pagamento da totalidade do valor devido a título de horas a mais prestadas entre 01-01-2014 até 30-06-2016 aos Trabalhadores ao seu serviço, cujo vencimento base não ultrapasse o valor de €750,00 mensais, que se venham a aposentar antes do termo do prazo a seguir indicado para o cumprimento deste acordo, antecipando, assim, a totalidade do pagamento, nestes casos, para a data em que ocorra a aposentação do trabalhador. -----

5.º - Os trabalhadores que o pretendam podem optar, total ou parcialmente, pelo gozo de dias de descanso compensatório equivalentes ao trabalho suplementar prestado, a usufruir de acordo com o calendário estabelecido no ponto 4 ou por acordo com o superior hierárquico e atenta a conveniência do serviço. -----

Feito em duplicado, com reconhecimento presencial das assinaturas, ficando um exemplar para cada uma das partes. -----

O Primeiro Outorgante:

O Segundo Outorgante: